

SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL

A Subsecretaria de Segurança Multidimensional foi criada pela Ordem Executiva 05-13, Rev. 1, e é constituída pela Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), pela Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) e pelo Departamento de Segurança Pública.

Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)

A CICAD comemorou seu vigésimo aniversário de criação numa reunião em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em novembro de 2006. Em 1986, a Assembléia Geral da OEA criou a CICAD no âmbito do Programa Interamericano de Ação do Rio de Janeiro contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. Dez anos depois, em dezembro de 1996, a Assembléia Geral aprovou a Estratégia Antidrogas no Hemisfério e formalizou o conceito de responsabilidade comum como eixo da política de combate às drogas na região.

Na reunião de Santa Cruz, os delegados confirmaram esses dois textos como o marco de referência da política hemisférica. Os princípios desses documentos possibilitaram que a CICAD se transformasse no instrumento político de um consenso amplo e duradouro para controlar a produção, o tráfico e o uso das drogas ilícitas na região. Os delegados decidiram não considerar mudanças nos textos até que se conclua uma avaliação da situação mundial em 2008, com o patrocínio das Nações Unidas.

A CICAD mantém alianças de colaboração com organizações tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (ONODC), a Organização Pan-Americana da Saúde e o Observatório Europeu das Drogas e da Toxicod dependência (OEDT), bem como com o Plano Nacional sobre Drogas, da Espanha. Os programas de ação da CICAD são divididos nas seguintes seções: Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM); Redução da Demanda; Redução da Oferta e Desenvolvimento Alternativo; Controle de Lavagem de Ativos; Fortalecimento Institucional; Desenvolvimento Educacional e Pesquisa; e Observatório Interamericano de Drogas.

- **Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM)**

O MAM é o instrumento de avaliação das atividades de combate às drogas desenvolvidas pelos 34 Estados membros da OEA, por meio da elaboração de relatórios nacionais e hemisféricos de medição do progresso do controle nessa área. Em 2006 a Comissão aprovou os relatórios de acompanhamento das recomendações da Terceira Rodada de Avaliação (2003-2004).

Antes do início de cada rodada de avaliação o Grupo de Trabalho Intergovernamental (GTI), constituído por um representante de cada Estado membro, faz uma análise completa do Mecanismo, com o objetivo de melhorar e fortalecer o processo do MAM, seus instrumentos e seu ciclo de avaliação. Após discutir as experiências das três rodadas de avaliação, o GTI

reduziu os indicadores de 86 para 51, num esforço por simplificar e ajustar o processo. A Comissão aprovou as diretrizes, procedimentos e indicadores atualizados do MAM para a Quarta Rodada de Avaliação (2005-2006), desse modo consolidando o compromisso político dos Estados membros com a missão e as metas da CICAD.

A Quarta Rodada foi iniciada em julho com três *workshops* regionais de capacitação destinados a mostrar às entidades nacionais de coordenação como concluir o questionário de indicadores *on-line* e prestar-lhes informações sobre sua função no processo e ciclo do MAM. Os *workshops*, de que participaram 33 Estados membros, foram realizados na Jamaica, El Salvador e Colômbia e também prestaram informações gerais sobre os indicadores e o funcionamento do processo do MAM.

- Redução da Demanda

A seção continuou a se empenhar em suas duas linhas de ação: prevenção e tratamento. Para sustentar a efetividade dos programas de prevenção, o Grupo de Peritos considerou os instrumentos de avaliação existentes e elaborou um conjunto de critérios que poderiam ser utilizados nos programas dos Estados membros. Na área de tratamento, ofereceu-se um *workshop* com a presença de especialistas centro-americanos e da República Dominicana, bem como de peritos internacionais, com a finalidade de avaliar as funções de aconselhamento e tratamento relacionados com o consumo de drogas nos centros penitenciários.

A CICAD e a Universidade das Índias Ocidentais (*University of the West Indies*) começaram a desenvolver um programa de certificação em dependência de drogas para o Caribe de língua inglesa, que complementarará o Mestrado Internacional *On-line* em Dependência de Drogas para participantes de língua espanhola, já em seu terceiro ciclo acadêmico.

A implementação de um acordo entre a CICAD e o Conselho Nacional para o Controle de Entorpecentes (CONACE) do Chile possibilitou que se materializassem os benefícios da cooperação horizontal ao dividir a experiência prática do CONACE na prevenção do consumo de drogas, no tratamento e na reabilitação. Promoveram-se dois estágios de capacitação, três visitas *in situ* (Uruguai, Colômbia e Costa Rica) e a participação dos especialistas do CONACE em seminários internacionais.

- Redução da Oferta

O Programa de Redução e Controle da Oferta promoveu 15 seminários regionais de capacitação para funcionários policiais e aduaneiros sobre temas tais como o controle de substâncias químicas, segurança dos funcionários, cooperação marítima, perfis de contêineres e passageiros suspeitos, segurança portuária, inspeção de embarcações e participação do setor privado na segurança de portos e aeroportos. Os seminários foram realizados na Argentina, Ilhas Virgens Britânicas, Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Peru, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela.

- Desenvolvimento Alternativo

Na fase piloto do projeto ACCESO (*Andean Countries Cocoa Export Support Opportunity*/Oportunidade de Apoio a Exportações de Cacau nos Países Andinos), a CICAD financiou em 2006 a capacitação de 55 técnicos de campo e participou de um consórcio modelo de sete instituições peruanas para a implementação de 48 escolas de campo destinadas a agricultores do Peru, com o que se conseguiu uma cobertura de 2.412 hectares. Os beneficiários foram 1.229 agricultores pertencentes a 145 comunidades. A experiência será estendida de imediato aos demais países participantes: Bolívia, Equador e Colômbia.

Como resultado das recomendações do estudo dos efeitos da aspersão aérea com o herbicida glifosato para a erradicação da coca na Colômbia, foi selecionada uma equipe de peritos científicos e pessoal de campo e de laboratório com o objetivo de definir os componentes e o protocolo científico para uma segunda fase do estudo. Prevê-se que essa segunda fase, iniciada em novembro de 2006, tenha uma duração de dois anos.

- Controle da Lavagem de Ativos

Os programas de capacitação em controle de lavagem de ativos foram destinados a juizes, promotores, agentes de polícia e alfândega e especialistas em informática das unidades de inteligência financeira (UIF), bem como a funcionários de superintendências financeiras da República Dominicana, Honduras, Panamá, Guatemala e Nicarágua. Foram realizados julgamentos simulados na área de lavagem de ativos na República Dominicana, El Salvador, Costa Rica e Chile. Também se ministrou capacitação a funcionários responsáveis pela aplicação da lei (agentes de polícia e de alfândega, promotores) de Honduras, El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Costa Rica, Panamá, República Dominicana e Brasil, no âmbito do programa de “capacitação de capacitadores”.

A CICAD decidiu prestar assistência aos Estados membros na tarefa de administrar os bens confiscados em consequência do tráfico de drogas e lavagem de bens. O Grupo de Peritos vem examinando essa questão, a fim de preparar um manual de melhores práticas para o estabelecimento de sistemas ou programas nacionais para administrar os ativos apreendidos (inclusive componentes de confisco, apreensão e administração). Também propôs realizar vários programas piloto para obter experiência prática sobre a implementação desse tipo de programa.

- Fortalecimento Institucional

A CICAD reconhece que sua efetividade reside nas Comissões Nacionais Antidrogas dos Estados membros. Dada a importância dessas instituições, a CICAD ministra um programa de capacitação e desenvolvimento de habilidades destinado ao pessoal das referidas Comissões.

- Desenvolvimento Educacional e Pesquisa

Graduou-se a primeira turma, constituída por 32 alunos, do programa de capacitação *on-line* em pesquisa de problemas relacionados com drogas nas Américas, destinado a profissionais da saúde. A CICAD ampliou sua associação com as universidades a fim de incluir as escolas de

saúde pública, educação e medicina, motivo por que foram constituídas várias redes de centros acadêmicos com a finalidade de promover maior conscientização sobre o problema das drogas.

- Observatório Interamericano de Drogas

Juntamente com o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), o Observatório Interamericano de Drogas (OID) publicou uma análise comparativa do consumo de drogas pelos estudantes de nível médio em nove países sul-americanos. Na Nicarágua, El Salvador e Guatemala será realizado um estudo comparativo similar sobre o consumo domiciliar de drogas. No Caribe já vem sendo tentada a realização de um estudo comparativo do consumo de drogas entre os estudantes de nível médio.

O projeto de descentralização das políticas de combate às drogas nos países andinos, que recebe assistência técnica e financeira da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) e da Delegação do Governo para o Plano Nacional sobre Drogas, Ministério da Saúde e Consumo da Espanha, continua a colaborar com as Comissões Nacionais Antidrogas dos países participantes para fortalecer o processo de descentralização das políticas nacionais de combate às drogas.

Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)

A Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) foi criada pela Ordem Executiva 05-13, Rev. 1. Tem a responsabilidade de apoiar os Estados membros do CICTE em suas reuniões ordinárias e preparatórias, oferecer assistência técnica e programas de capacitação e promover a coordenação e cooperação entre os Estados membros, bem como com organizações multilaterais e internacionais, para prevenir, combater e eliminar o terrorismo. O programa da Secretaria é dividido nas seguintes áreas: controles fronteiriços, controles financeiros, proteção da infra-estrutura crítica, exercícios de política de combate ao terrorismo e associações com outras organizações multilaterais e internacionais. A Secretaria foi chefiada por Steven Monblatt de 2002 a setembro de 2006. Atualmente ocupa a chefia a Doutora Carol Fuller.

- Controles fronteiriços

Como parte do Programa de Segurança Portuária, foram avaliadas a vulnerabilidade das instalações e a capacidade dos funcionários de segurança portuária em Belize, Antígua e Barbuda e Saint Kitts e Nevis. Com base na avaliação ministrou-se capacitação a 98 funcionários de Belize, com a finalidade de contribuir para a maior segurança das instalações portuárias, em cumprimento às normas internacionais dispostas no Código Internacional para a Proteção de Barcos e Instalações Portuárias (ISPS) aprovado pela Organização Marítima Internacional (OMI). No decorrer do treinamento em Belize, as autoridades encontraram drogas no porão dianteiro de um dos barcos; três membros da tripulação foram presos e condenados à prisão. Foi escolhida a empresa encarregada da realização de uma avaliação e posterior treinamento de segurança portuária em cinco grandes portos da República Dominicana em 2007. A Secretaria também participou de um seminário organizado pelo Governo da Espanha sobre Gestão e Segurança de Portos em Cartagena das Índias, Colômbia.

O Programa de Segurança Aeroportuária experimentou um crescimento considerável durante o ano, capacitando mais de 500 funcionários de 19 países em 30 cursos sobre aspectos essenciais

das normas de segurança da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI). Também se implementou plenamente o acordo de 2005 com a Agência de Segurança dos Transportes, dos Estados Unidos (TSA) e financiou-se a participação de funcionários em diversos cursos de capacitação da OACI e dois *workshops* de capacitação sobre segurança aeroportuária ministrados pela OACI na Jamaica e na Nicarágua. Ademais, a Secretaria apresentou seu programa de segurança aeroportuária num seminário regional de aviação realizado no centro de formação do Governo da Espanha em Santa Cruz, Bolívia.

Na esfera do Programa de Documentos Fraudulentos, a Secretaria organizou em julho de 2006, em Miami, um Seminário Regional sobre Passaportes e Documentos de Viagem Internacionais e Sistemas de Emissão, em colaboração com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), para 24 participantes de países de língua inglesa da OEA. O seminário teve por objetivo aumentar a capacidade de detectar documentos de viagem fraudulentos e, por conseguinte, melhorar a segurança das fronteiras e os vínculos institucionais entre essa segurança e os organismos alfandegários, a fim de promover a cooperação no controle e combate de fraudes. Por falta de financiamento em 2006 não foram realizados cursos de capacitação no Programa de Segurança de Alfândega e Migrações. Em novembro, no entanto, deu-se início a um novo projeto de cooperação com o Escritório de Alfândega e Proteção de Fronteiras (BCBP), do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos. Em dezembro de 2006 foram concluídas três avaliações das instalações alfandegárias e de migrações da Jamaica, Santa Lúcia e Grenada, onde serão ministrados quatro cursos de capacitação no início de 2007.

- Controles financeiros

No âmbito do Programa de Financiamento do Terrorismo, a Secretaria produziu em CD-ROM um manual em espanhol sobre financiamento do terrorismo e o distribuiu às Unidades de Inteligência Financeira e a outras organizações multilaterais e internacionais. Trata-se de um esforço pioneiro que reúne legislação, análise de diferentes métodos de financiamento, indicadores de alerta preventivo, estudos depurados de casos e melhores práticas. Esse manual foi usado em cursos de capacitação organizados pela CICAD sobre lavagem de dinheiro. As Secretarias do CICTE e da CICAD estabeleceram parceria para oferecer um curso em 2007 sobre a área específica de financiamento do terrorismo. Foi contratada a tradução do CD para o inglês, com o objetivo de oferecer cursos em países de língua inglesa.

A Secretaria participou como conferencista do seminário sobre financiamento do terrorismo realizado pelo Banco Central da República da Argentina.

- Legislação e assistência jurídica

O serviço de assistência e consulta legislativa, administrado juntamente com o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) continuou a prestar assessoramento aos Estados membros que vêm revendo sua legislação de combate ao terrorismo, a fim de ajustá-la às obrigações impostas pelos instrumentos internacionais e aos requisitos dispostos nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em fins de 2006, 22 Estados membros haviam ratificado a Convenção Interamericana e 85 haviam ratificado as 13 convenções internacionais contra o terrorismo.

O CICTE e o UNODC organizaram em conjunto uma Conferência Ministerial em abril na Cidade do Panamá e um *workshop* na República Dominicana em julho. Costa Rica, México e Uruguai também receberam assistência técnica. Foi realizado, em coordenação com o Governo da Espanha e o UNODC, um seminário destinado à capacitação de juízes e promotores em instrumentos e métodos legais usados no julgamento de casos de terrorismo. Essa foi também a primeira vez que um evento do CICTE foi realizado no centro de formação da Espanha em Cartagena das Índias, Colômbia.

- Proteção da infra-estrutura crítica

A Secretaria organizou, no âmbito do programa de segurança cibernética, em cooperação com o Serviço Secreto dos Estados Unidos, um seminário em Miami, em abril, sobre delito cibernético e terrorismo para 32 funcionários dos setores de inteligência, policial e militar de 14 países da OEA. Esse treinamento complementa os esforços conjuntos do CICTE e da REMJA para implementar a estratégia interamericana de segurança cibernética. Todos os Estados membros receberam um DVD sobre o treinamento em inglês e espanhol. A Secretaria vem tentando firmar uma parceria com a Equipe de Resposta a Incidentes em Computadores da Ásia-Pacífico (APCERT) e participou como conferencista de um fórum regional em março. A Secretaria também participou como conferencista de dois eventos internacionais sobre infra-estrutura crítica: a Terceira Conferência Internacional de Perícias em Crimes Cibernéticos (III ICCyber) e a Conferência de Segurança para Governo (SecGov 2006), ambas realizadas no Brasil em novembro. Em fins do ano aprovou-se um novo programa de capacitação do CICTE para colaborar com os Estados membros na criação de uma Equipe de Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética (CSIRT) e na capacitação dos funcionários designados oficialmente pelos governos. Até esta data há somente oito CSIRT oficiais no Hemisfério.

O Programa Interamericano de Segurança das Instalações Turísticas e Recreativas (ITRS) foi aprovado no Sexto Período Ordinário de Sessões do CICTE em março de 2006 e implementado como projeto piloto em agosto. O programa é único em seu campo, preenchendo uma grande lacuna no Hemisfério e exercendo impacto positivo nos preparativos de segurança dos países sede da Copa do Mundo de Críquete em 2007. Foram capacitados 167 funcionários da primeira linha de segurança, gerentes e supervisores de 10 países de língua inglesa do Caribe em quatro cursos. Como parte do treinamento, os participantes aprenderam a avaliar as vulnerabilidades do setor turístico (hotéis, transporte, navios de cruzeiro e campos e locais de recreação).

- Outras iniciativas

A ajuda aos Estados membros da região do Caribe na preparação da Copa do Mundo de Críquete de 2007 continuou a ser um dos objetivos altamente prioritários da Secretaria. A Secretaria também continuou a desempenhar um papel efetivo nos esforços internacionais de combate ao terrorismo no contexto das Nações Unidas e de outros órgãos. Participou de um exercício de política sobre um cenário de bioterrorismo organizado pela INTERPOL em Santiago, Chile, em julho de 2006. Foi estabelecida nova parceria com o Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, o Desarmamento e o Desenvolvimento na América Latina e no Caribe (UN-LiREC) para apoiar os esforços dos Estados membros no cumprimento das obrigações dispostas na resolução 1540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (sobre armas de destruição em massa).

Estabeleceu-se também uma aliança com o Instituto Inter-Regional das Nações Unidas para Pesquisas sobre Delinqüência e Justiça (UNICRI) para promover assistência técnica aos países em eventos de massa. A Secretaria participou de uma conferência do UNICRI em dezembro na sede das Nações Unidas para expor os programas de capacitação do CICTE destinados a fortalecer a segurança dos países sede da Copa do Mundo de Críquete.

A Secretaria prestou assistência a 28 participantes de 13 países no curso de capacitação sobre “Indicadores Preventivos de Atividade Terrorista”, realizado em Buenos Aires em abril.

Departamento de Segurança Pública

- Políticas de segurança pública

O Departamento de Segurança Pública conduziu uma pesquisa preliminar com o objetivo de conhecer a dimensão dos problemas de segurança das Américas e detectar campos de intervenção e parceiros potenciais nessa tarefa. Com base na pesquisa constatou-se a falta de informação de base oportuna e veraz e a ausência de estatísticas consolidadas, o que torna difícil uma análise comparativa entre países e possibilita somente observações parciais das tendências gerais de segurança. Por outro lado, verifica-se na região uma crescente participação de empresas de segurança privada e uma inadequada capacidade de gestão e controle por parte de muitos Estados membros. Os responsáveis pela segurança pública se vêem diante de novos e mais complexos desafios determinados pela qualidade e quantidade dos delitos que se cometem.

Observou-se também a falta de espaço político regional para analisar e debater esses temas, bem como a inexistência de mecanismos de cooperação horizontal. O Departamento de Segurança Pública vem tentando desenvolver uma agenda para três anos que aborde uma série de temas que a Secretaria-Geral vem deparando há algum tempo. Seu objetivo é oferecer resposta a compromissos assumidos e uma abordagem desses compromissos de uma ótica integral.

- Quadrilhas

Decidiu-se por uma abordagem diferente desse tema em virtude da dimensão por ele assumida, do seu impacto e da ameaça que representa para a estabilidade e segurança dos países. É por esse motivo que o Departamento de Segurança o focalizou de uma perspectiva integral, coordenando-se com as organizações do Sistema Interamericano que enfrentam o problema de diferentes perspectivas. A seção pertinente elaborou nove projetos que começarão a ser executados em 2007 e que abrangem temas como a definição e classificação conceitual das quadrilhas, estratégias de prevenção, políticas públicas, adequação das normas jurídicas, sistemas de informação e estratégias de comunicação. Diferentes áreas da Organização participarão da elaboração desses projetos. Pela primeira vez esse tema se concentra em uma área da Secretaria-Geral, o que possibilitará, sem dúvida, melhorar a capacidade de resposta e sua unicidade conceitual.

- Armas, explosivos e munições

Entre 11 e 12 de outubro de 2006 foi realizada, na sede da OEA, a Segunda Reunião do Grupo de Peritos CIFTA-CICAD. O encontro serviu para concluir a Legislação Modelo sobre Marcação e Rastreamento de Armas, bem como para iniciar o diálogo sobre o fortalecimento dos controles nos pontos de exportação. Em 9 e 10 de novembro, o Departamento de Segurança Pública organizou em Santiago, Chile, o “Seminário sobre o Manejo de Armas em Custódia e Destruição de Arsenais”. O evento, organizado em colaboração com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), o UN-LiREC e a Direção Geral de Mobilização Nacional, do Chile, contou com a participação de mais de 40 representantes do governo e organismos não-governamentais, que trocaram idéias e experiências sobre a gestão de armas em custódia, respectivos níveis de segurança e sua posterior destruição. Espera-se replicar a iniciativa em outras regiões do Hemisfério em 2007.

Duas iniciativas foram implementadas para apoiar os governos da Nicarágua e Colômbia na destruição de armas, munições e remanescentes explosivos de guerra. Na Nicarágua espera-se destruir entre 900 e 1.000 toneladas de munições e na Colômbia prevê-se a destruição de 18.000 armas de fogo e 2,7 milhões de rodadas de munição confiscadas como resultado do processo de desmobilização dos paramilitares nesse país. Os processos de destruição em cada país serão iniciados no começo de 2007.

- Programa de Ação Integral contra Minas Antipessoal (AICMA)

Como parte do mandato de apoiar os Estados membros da OEA na reconciliação nacional, no fortalecimento da paz e no cumprimento dos compromissos como Estados Partes na Convenção de Ottawa, o Programa continua a colaborar com as atividades de ação contra minas na Colômbia, Equador, Nicarágua e Peru. Os objetivos continuam a ser a arrecadação de fundos provenientes da comunidade internacional, a administração e gestão de recursos e a coordenação do programa do ponto de vista diplomático e político. Também se divulgou o portfólio de projetos, que inclui os perfis dos programas nacionais de ação contra minas e as necessidades financeiras para sua implementação em 2007. A liderança da OEA, em apoio à Convenção de Ottawa, refletiu-se em sua participação ativa na Sétima Reunião dos Estados Partes na Convenção, em setembro de 2006, bem como na exposição das realizações do Programa à comunidade doadora neste e em outros foros internacionais.

Em 2006, com a assessoria técnica da Junta Interamericana de Defesa, prestou-se apoio aos esforços dos Estados membros por remover aproximadamente 6.500 minas antipessoal em quase 400 mil metros quadrados de terreno nos países afetados. Dentre essas realizações, destaca-se o empenho da Nicarágua, que planeja concluir seu Plano Nacional de Remoção de Minas em fins de 2007. Com a conclusão das operações na Nicarágua, a América Central será a primeira região do mundo livre do impacto de minas antipessoal. Cumpre também salientar as atividades na Colômbia, onde se conseguiu a conclusão da remoção humanitária em dois outros campos minados, além dos originais 34 sob a jurisdição do Estado colombiano. As Forças Armadas Colombianas foram preparadas para responder a emergências humanitárias provocadas por minas, etapa que deverá entrar em funcionamento em 2007.

No que se refere ao atendimento de sobreviventes de acidentes de minas e artefatos não detonados, o AICMA apoiou, até fins de 2006, a reabilitação física e psicológica de aproximadamente mil vítimas. Na Nicarágua, no mesmo ano, prosseguiu o apoio aos sobreviventes de minas por meio de um programa de treinamento em atividades de pós-reabilitação, em colaboração com o Instituto Nacional Tecnológico da Nicarágua, que conseguiu capacitar mais de 219 pessoas. Em fins de 2006 e a partir de 2007, o programa integral de assistência a vítimas será estendido no âmbito regional à América Central, com o apoio de várias organizações nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, a OEA criou um programa de assistência a vítimas na Colômbia por intermédio do Centro Integral de Reabilitação da Colômbia, para apoiar a reabilitação física e psicológica de alguns dos 3.000 ou mais sobreviventes de minas no país. Como parte do componente de educação preventiva para as populações afetadas por minas, o AICMA apoiou campanhas de sensibilização, que divulgaram informações sobre o risco das minas a mais de 225.000 pessoas que vivem em áreas afetadas.

As contribuições financeiras recebidas pelo AICMA em 2006 somaram aproximadamente 6,7 milhões de dólares. Prevê-se que as necessidades orçamentárias atinjam em 2007 aproximadamente seis milhões de dólares para assegurar a continuação dos programas de ação contra minas no Equador, Peru e Colômbia, a conclusão das atividades na Nicarágua, a ampliação do programa de assistência a vítimas e os esforços de destruição de munições e armas.

- Tráfico de pessoas

Em março de 2006, realizou-se na Isla Margarita, República Bolivariana da Venezuela, a Primeira Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas. Em fins do mesmo mês, o Departamento de Segurança Pública apresentou ao governo eleito e à sociedade civil, em La Paz, Bolívia os resultados, recomendações e ações futuras para combater o tráfico de pessoas, com a colaboração e co-patrocinio dos Estados membros, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e da *Save the Children*-Suécia, entre outras. Do mesmo modo, em junho de 2006, promoveu-se em Port-au-Prince, Haiti, um seminário-*workshop*, destinado a agentes de segurança, sobre a catástrofe que representa o tráfico de pessoas e o modo por que viola os direitos humanos, bem como sobre as melhores práticas e estruturas jurídicas para combatê-lo. Na Cidade de Belize, no mês de agosto, teve lugar o seminário para capacitadores, destinado a combater esse tráfico por meio do uso de portais eletrônicos de pessoas desaparecidas, em que foram capacitados mais de 140 agentes de segurança. Em novembro, o Departamento de Segurança Pública promoveu o seminário de capacitação e a troca de informações entre as forças de segurança localizadas ao longo da Zona de Adjacência entre Belize e a Guatemala, em que aproximadamente 85 participantes definiram mecanismos de cooperação para combater o tráfico de pessoas em ambos os países.

O Departamento de Segurança Pública participou e encarregou-se da exposição de temas relacionados com o combate ao tráfico de pessoas nas Américas, suas realizações e desafios em diversos eventos. Dentre eles, cumpre salientar o encontro internacional realizado em Cascais, Portugal, em maio de 2006; o de Madrid, em maio de 2006; o de Saint Martin, em junho de 2006; o de Estocolmo, em junho de 2006; o de Porto Rico, em agosto de 2006; o de Buenos Aires, em novembro de 2006; e o de Bilbao, Espanha, em dezembro de 2006.

- Criminalidade organizada transnacional

De abril a dezembro de 2006, o Departamento de Segurança Pública apoiou a Comissão Especial contra a Criminalidade Organizada Transnacional (CEDOT) do Conselho Permanente nas sessões em que foram discutidos o conteúdo e a redação do Plano de Ação Hemisférico contra a Criminalidade Organizada Transnacional, que culminou com a aprovação do referido Plano pelo Conselho Permanente da Organização em 24 de outubro de 2006. Também participou de vários seminários, *workshops* e reuniões, tais como o seminário de peritos sobre “O Crime Organizado e seus Impactos nas Sociedades Democráticas”, realizado em San José, Costa Rica, em 15 e 16 de maio de 2006; a “Reunião de Peritos para Elaborar a Primeira Lei Modelo para a América Latina sobre Proteção de Testemunhas”, organizada pelo Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), em Santiago, Chile, de 22 a 25 de julho de 2006, e a “Primeira Reunião Regional da Associação Mundial de Promotores (IAP) para a América Latina”, também em Santiago, de 25 a 27 de julho de 2006, com o objetivo de considerar, de uma perspectiva comparada, a questão da proteção de vítimas e testemunhas.

O Departamento também participou e se encarregou de diferentes aspectos da preparação do “Primeiro Encontro Ibero-Americano de Ministérios Públicos e Polícias”, em Santiago, Chile, de 7 a 9 de novembro de 2006, sobre o tema “Uma Aliança a Serviço da Justiça: desafios comuns”. Apoiou ainda o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) na organização do *workshop* sub-regional sobre “Uso de operações encobertas e vigilância eletrônica na luta contra o crime organizado e a corrupção”, realizado em Tegucigalpa, Honduras, de 16 a 17 de novembro de 2006. O evento foi apresentado como um esforço de colaboração entre as Nações Unidas e a OEA.